

DÍVIDA PÚBLICA E JUROS

Roberto Figueiredo Guimarães
Diretor da ABDIB e ex-Secretário do Tesouro Nacional

O Banco Central divulgou as estatísticas fiscais do governo geral (União, Estados e Municípios), mostrando que a dívida bruta atingiu R\$ 10,4 trilhões, o equivalente a 80,4% do PIB, o maior percentual em 5 anos. Essa elevação é majoritária, maioritária, principal, predominante, dominante, preponderante, prevalente, preeminente e hegemonicamente causada pelas elevadas taxas de juros que oneram o custo da dívida.

O exagero dos adjetivos é proposital, pois a maioria dos analistas econômicos, ao invés de aprofundar a análise das causas das estruturalmente elevadas taxas de juros no Brasil, sem preconceitos, limita-se a culpar o déficit público.

É claro que há problemas nos orçamentos públicos que precisam ser resolvidos, como o excesso de vinculações, indexações, renúncias fiscais e emendas parlamentares desvinculadas de programas de governo e os baixos níveis de investimentos em infraestrutura. Mas culpar os resultados fiscais pelas elevadas taxas de juros é não querer enfrentar a questão.

Só para lembrar, tivemos superávit primário entre 1,5% e 3,0% do PIB durante 15 anos consecutivos (1998 a 2012) e, mesmo assim, com elevadíssimas taxas de juros.

E nossa Dívida Líquida, conceito que entendo mais adequado para avaliar as finanças públicas, por que também considera créditos (ativos), está em R\$ 8,7 trilhões, ou 67,4% do PIB. Em 2026, esse saldo sofreu aumento de R\$ 441 bilhões, sendo os juros o grande responsável por isso. E pasmem, no mesmo período o resultado primário foi positivo em R\$ 31,2 bilhões, contribuindo para reduzir a dívida.

Nossa relação Dívida Bruta/PIB é alta, mas nem tanto. No Japão é de 224%, 128% na Itália, 118% nos EUA, 108% na França, 96% na Inglaterra, 90% na China e 80% na Índia. E são países com taxas de juros civilizadas.

Precisamos reduzir os juros, que é mais uma questão de expectativas do que de fatos.